



EJA EM SALVADOR X FECHAMENTO DE TURMAS: ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E INCLUSÃO EM TEMPOS DESAFIADORES

Meyre Ane Sampaio Moreira¹; José Veiga Viñal Junior²

¹ Mestra em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, professora e coordenadora da rede municipal de ensino de Salvador, Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Infâncias, Educação e Tecnologias (GEPIETEC). E-mail: melsmoreira@hotmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade de Vigo-Espanha, Professor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas, DCH-I Salvador, Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (UESB), E-mail: joseveigavinal@gmail.com.

**EIXO TEMÁTICO 1: SUJEITOS DA EJA: INCLUSÃO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES
ÉTNICO RACIAIS**

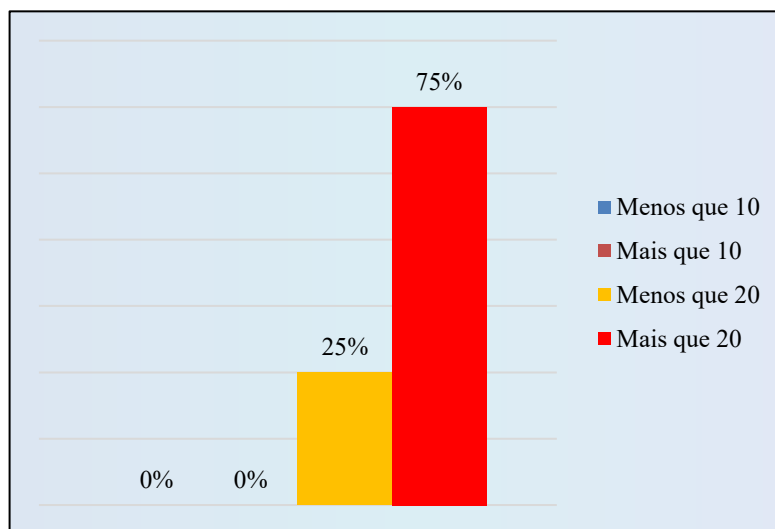
RESUMO

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) historicamente não recebeu a devida prioridade nas políticas governamentais. As políticas públicas, ao longo das décadas, têm falhado em atender as complexidades e especificidades desse segmento social, que é, em sua maioria, composto por homens e mulheres negros, pobres, trabalhadores e trabalhadoras que enfrentam trajetórias marcadas pela exclusão e pela negação de direitos. No contexto de Salvador, essa realidade não difere, ao contrário, se manifestou de forma perversa ao final de 2021, em plena pandemia, quando 44 escolas tiveram o turno noturno encerrado. A justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), segundo o secretário da pasta, à época, foi o "alto custo de manutenção das unidades no período noturno" e a baixa demanda decorrente dos "altos índices de evasão" (Leite, 2022). O secretário de educação, chegou a culpar os próprios estudantes da EJA pela evasão, em uma afirmação que ignora a realidade complexa e a trajetória perversa de exclusão que perpassa a vida desses sujeitos. Diante desse cenário de desmonte e invisibilidade, a pesquisa se estabeleceu para investigar o fechamento de turmas da EJA em 44 escolas na rede municipal de Salvador, com foco em duas unidades no bairro de Itapuã, buscando: a) Desvendar os critérios e a aplicabilidade da decisão; b) Compreender os impactos socioeconômicos e culturais na vida dos sujeitos afetados; e c) Propor ações interventivas para o fortalecimento da modalidade. A investigação se ancora em pilares teóricos que abordam a EJA sob a ótica da emancipação e do direito. Freire (2014) sustenta a importância da conscientização e da educação como caminho para que os oprimidos possam desvelar criticamente a realidade e se libertarem. Moacir Gadotti (2008) reforça que o jovem, o adulto e o idoso são "construtores de conhecimento e não [meros] receptores de mensagens", reafirmando a centralidade de seus saberes e vivências. Essa perspectiva dialoga com a necessidade defendida por Miguel Arroyo (2011) de uma "reconfiguração da EJA", que a retire da ótica compensatória ou assistencialista, e a reconheça como um direito incondicional, conforme estabelecido na Constituição de 1988. O trabalho se insere no campo da pesquisa aplicada, adotando uma abordagem qualiquantitativa sob a perspectiva da pesquisa-intervenção (Gil, 2023; Chizzotti, 2018). A abordagem adotada para esta pesquisa foi cuidadosamente escolhida



para possibilitar uma análise rigorosa do fenômeno do fechamento das turmas da EJA, ao mesmo tempo em que viabiliza a proposição e implementação de ações concretas voltadas para a transformação do cenário educacional. Para garantir uma compreensão abrangente do fenômeno, foram utilizados múltiplos instrumentos de coleta de dados, que incluem: Observação pessoal - registros feitos em campo pela pesquisadora, permitindo uma imersão no contexto das escolas e uma coleta de dados qualitativos sobre as dinâmicas e realidades enfrentadas pelos alunos e professores; Entrevistas semiestruturadas - foram realizadas entrevistas com seis sujeitos da EJA I, três homens e três mulheres, categorizados como de baixo grau de alfabetismo, identificados como Depoente A, B, C, D, E e F. Além deles, foram entrevistados diversos atores-chave no contexto educacional, incluindo o atual secretário de educação, representantes da Gerência Regional de Ensino (GRE) de Itapuã, membros do Fórum EJA Regional, diretores escolares e docentes; Aplicação de questionários - foram aplicados questionários, contendo tanto perguntas abertas quanto fechadas, aos docentes da EJA nas escolas *locus* da pesquisa. Esses questionários foram elaborados para levantar informações sobre dados pessoais, tempo de atuação, nível de envolvimento com a modalidade e, de forma crucial, o número de estudantes ativos em suas turmas antes do fechamento; Análise documental - este componente envolveu o exame de documentos e atas de resultados de 2021 de uma das escolas foco, permitindo um confronto crítico com a taxa de evasão alegada pela SMED e oferecendo uma base factual para as discussões. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a preservação de suas identidades e o uso dos resultados para fins científicos e de mobilização social. A análise dos dados coletados revelou uma discrepância significativa entre as justificativas administrativas para o fechamento das turmas e a realidade vivenciada na EJA de Salvador. Essa situação expõe uma gestão municipal caracterizada pela falta de transparência e por uma postura descomprometida em relação ao direito à educação, evidenciando a necessidade urgente de uma reavaliação das políticas públicas voltadas para este segmento. Os dados quantitativos obtidos pelos questionários aplicados aos professores demonstram, de forma incontestável, a inconsistência da alegação de baixa demanda, conforme o Gráfico 2, como se observa a seguir.

Gráfico 2 – Qual era o número de estudantes frequentando a sua turma, em 2021, quando a mesma foi fechada?



Fonte: Criado pela autora com base em dados da pesquisa.



Portanto, a partir da análise do gráfico 2, a justificativa da GRE/SMED de que a baixa frequência e a alta evasão seriam os principais motivos para o fechamento de turmas da EJA perde sua validade. Uma análise das atas de resultados de 2021 de uma das escolas participantes confirma que não houve uma diminuição expressiva entre o número de matriculados e os de concluintes, o que contradiz a alegação do então Secretário de Educação, à época, acerca da evasão como critério para o encerramento em massa das turmas de EJA na rede municipal de Salvador. Para agravar a situação, ao reavaliar os dados de 2019 – antes da progressão automática em 2020 – observa-se que essa escola apresentava um quadro robusto de alunos e um índice de aprovação satisfatório, sem necessidade de práticas como a mencionada progressão. Ainda, a maioria das professoras relatou ter turmas com mais de 20 estudantes frequentando ativamente em 2021. O fechamento das turmas, portanto, não se fundamentou em critérios técnicos de aplicabilidade ou demanda real, mas sim em uma decisão política e orçamentária, que transferiu a responsabilidade pelo fracasso da política pública para o professor e, principalmente, para o estudante. A gestão autocrática, que ignorou a complexidade do fenômeno da evasão e culpou o aluno pela "falta de interesse", revela um desconhecimento da realidade desses sujeitos, que muitas vezes enfrentam jornadas duplas de trabalho e obstáculos estruturais (Capucho, 2012). Em suma, a análise detalhada dos dados disponíveis expõe a fragilidade das justificativas apresentadas pela GRE/SMED e destaca a urgência de uma revisão nas políticas públicas voltadas para a EJA, como mencionado anteriormente. É essencial que essas políticas sejam construídas de forma colaborativa e fundamentadas em dados reais, assegurando que o direito à educação seja efetivamente garantido para todos os cidadãos. As entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da EJA trouxeram à tona as consequências socioeconômicas e culturais devastadoras do fechamento de turmas. Além disso, suas narrativas são reflexos da marginalização e segregação históricas de um sistema educacional e socioeconômico extremamente excludente. Vejamos alguns depoimentos: *“Porque na roça, é... meu pai, são onze filho. Aí, o que é que aconteceu? Aí ou ia pro colégio ou ia pra roça pra ajudar [...], meu pai não tinha condição de dar roupa, calçado. Aí a gente plantava roça, que era eu e meu outro irmão [...] a gente fazia essa parceria. A gente plantava roça de feijão pra ajudar em casa” (Depoente A).* *“Porque meu pai nunca colocou a gente na escola, só era trabai de roça, trabaiava na roça pra ajudar. Ele nunca colocou a gente na escola e nem minhas tia, também, porque eu fui terminar de ser criada com minhas tia. Aí elas não se interessô em colocar eu na escola. Aí, pronto, eu fiquei assim” (Depoente E).* *Porque meu pai dava era uma enxada pro mode a gente trabalhar [risos]. É... Aí, ele dizia [...] que a gente tinha que pegar na enxada e trabalhar pra colocar comida em casa (Depoente F).* As falas demonstram que a interrupção da jornada escolar se deu por fatores estruturais e de sobrevivência, e não por escolha. A EJA se apresenta, então, como uma ferramenta de reparação e empoderamento, vista como uma oportunidade de transformação vital, capaz de proporcionar melhorias profissionais, materiais e, até espirituais, como mencionado por uma estudante durante a entrevista. Assim, o encerramento das turmas de EJA não apenas interrompeu os estudos, mas gerou angústia, desilusão e desesperança, afetando a saúde mental de muitos desses indivíduos. No que se refere as entrevistas com outros atores do contexto educacional da EJA (GRE), esses confirmaram a falta de diálogo e de planejamento na tomada de decisões. Foi revelado que as Gerências Regionais de Ensino foram instruídas a comunicar o fechamento por meio de "simples ligações telefônicas" aos gestores escolares, sem qualquer fundamentação técnica prévia. Essa abordagem autocrática, que ignora a participação comunitária e os dados concretos, compromete a esperança de quem



busca na educação uma vida mais digna. A manutenção da EJA deve ser encarada como um compromisso de Estado, e não como uma opção facultativa, como destacou Jaqueline Ventura [professora e pesquisadora sobre a EJA pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED], durante uma audiência pública para debater as demandas da educação de jovens e adultos no Brasil, em 12/06/2023, realizada em Brasília, reforçando que "EJA não é caridade, é direito e se é direito precisa de uma política robusta"¹. Por fim, a pesquisa-intervenção concretizou seu caráter transformador com a criação do grupo de mobilização 'EJAtivismo', visando o fortalecimento e a defesa da EJA na rede municipal de ensino de Salvador. O EJAtivismo estabeleceu uma teia de articulação local para acompanhar políticas, solicitar melhorias e, sobretudo, lutar pela reabertura das turmas, mediante encontros presenciais e online, denominados como *Movimentos*. Os quatro movimentos iniciais do grupo foram: *Movimento 1-* Análise do fechamento e suas implicações. *Movimento 2-* Mobilização comunitária para planejar a reabertura de turmas, começando pela regional de Itapuã. *Movimento 3-* Valorização das narrativas dos estudantes como símbolos de resistência e manifesto contra a marginalização e a exclusão. *Movimento 4-* Elaboração de um documento formal para a SMED, pleiteando a reabertura e exigindo o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)², firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e Secretaria Municipal de Educação de Salvador, que prevê o levantamento de demandas para atender a educação de jovens e adultos, assim como a busca ativa por estudantes, dentre várias outras ações de fortalecimento da EJA. Ressaltamos que o trabalho colaborativo a partir do grupo de mobilização, que envolveu educadores, gestores, estudantes e a sociedade civil, comprovou o potencial da EJA em estimular o empoderamento social e a cidadania ativa, transformando os estudantes em agentes de mudança em suas comunidades e reafirmando que o direito à educação deve ser garantido em um contexto democrático. Vale salientar, ainda, que o desenvolvimento desta pesquisa permitiu conhecer a fundo as trajetórias de vida de jovens, adultos e idosos, confirmando que o processo de escolarização é visto por eles como uma condição essencial para a emancipação humana, a libertação da opressão e a melhoria de suas condições de vida. O fechamento de turmas, exacerbado em Salvador, não se justifica pelos critérios de evasão alegados, sendo, na verdade, uma falha administrativa e um grave retrocesso nos direitos educacionais. Ao marginalizar aqueles que mais necessitam de oportunidades educativas, esse fenômeno agrava a desigualdade social, afetando desproporcionalmente grupos historicamente vulneráveis. Dito isto, faz-se urgente que se propicie um ambiente de aprendizado inclusivo e transformador, no qual a educação de jovens e adultos seja vista não como uma obrigação assistencialista, mas sim como instrumento de reparação social e emancipação humana. A luta do EJAtivismo pela reabertura das turmas e por políticas públicas mais robustas é, em última análise, uma luta pela dignidade, pela justiça e pela construção de um futuro mais equitativo para toda a sociedade soteropolitana. Destarte, conclui-se com um chamado à ação para a defesa do direito à educação, enfatizando que a luta pela valorização da EJA é uma responsabilidade coletiva, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

¹ Audiência pública para falar sobre a EJA no Brasil, realizada em Brasília, na data de 12/06/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f3obrCBrlQw>. Acesso em: 27 out. 2025.

² Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Publicado em 31/05/2023. Ministério Público do Estado da Bahia Disponível em: <https://idea.sistemas.mpba.mp.br/idea/verificardoc.aspx?id=255A389F1E5BF5426A84>. Acesso em: 27 out. 2025.



Palavras-chave: educação de jovens e adultos; fechamento de turmas; grupo de mobilização; ações interventivas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Ofícios de vida e de formação de jovens e adultos: memórias da formação, memórias da profissão. In: ROMANELLI, O. O.; NASCIMENTO, M. I. M. **Educação de jovens e adultos**. Campinas: Papyrus, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto. Seção I - Da Educação. Art. 208. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Capítulo III, Seção V. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB nº 01/2000. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/07/2000. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRASIL. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2018.
- COSTA, G. Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21. **Agência Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GADOTTI, M. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/3084/FPF_PTPF_12_081.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- LEITE, B. Ao realocar EJA, prefeitura não considera 'poder paralelo' do tráfico, acusam professores. **Bahia Notícias**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/265037-ao-realocar-eja-prefeitura-nao-considera-poder-paralelo-do-trafico-acusam-professores>. Acesso em: 21 nov. 2023.